

**Regulamento do Corpo de Commissarios  
da Armada, a que se refere o decreto  
n. 7.616, de 21 de outubro de 1909**

DO CORPO DE COMMISSARIOS

CAPITULO I

COMPOSIÇÃO DO CORPO

Art. 1.<sup>o</sup> O Corpo de Commissarios da Armada será constituído do seguinte modo :

- 1 capitão de mar e guerra commissario-chefe do corpo,
- e capitães de fragata commissarios

- 8 capitães de corveta commissarios
- 20 capitães-tenentes commissarios
- 40 primeiros-tenentes commissarios
- 40 segundos-tenentes commissarios
- 10 sub-commissarios-equiparados aos aspirantes a guardas-marinha.

## CAPITULO II

## DA ADMISSÃO

Art. 2º. Ninguém será admittido no quadro do Corpo de Commissarios senão como sub-commissarios e sob as seguintes condições :

1ª Ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e politicos,

2ª Ser maior de 18 e menor de 30 annos, o que será provado com certidão de idade ou documento authenticico que produza lê em juizo e a substitua.

3ª Ter bom procedimento, o que será provado por documento idoneo ou folha corrida.

4ª Ter aptidão physica para a vida do mar, o que será julgado em inspecção de saú e.

5ª Mostrar-se habilitado em concurso nas seguintes materias :

- a) portuguez
- b) francez
- c) inglez
- d) arithmetica, especialmente em questões de contabilidade, systema métrico e monetario, cambio e agio de moedas.
- e) geographia geral
- f) historia do Brazil
- g) algebra até equações de 2º grão inclusive.
- h) geometria pratica e noções de stercometria ;
- i) noções de direito publico e administrativo.

Art. 3ª. Além das materias indicadas na 5ª condição do artigo antecedente, os candidatos deverão mostrar-se habéis em calligraphia, constituindo a boa lettra condição de preferencia na classificação.

Art. 4ª. Os concursos para admissão serão publicos quanto á prova oral, e annunciados com um mez de antecedencia no *Diario Official*, bi-semanalmente e em mais tres jornaes de maior circulação, semanalmente pela Inspectoria de Fazenda, onde serão apresentados os requerimentos instruidos de accordo com o art. 2ª.

Art. 5ª. A lista de inscripção dos candidatos será encerrada pelo inspector de Fazenda, no dia immediato áquelle em que terminar o prazo fixado para a referida inscripção.

Paragrapho unico. Para a prova de habilitação não serão admittidos certificados de exames feitos em estabelecimentos publicos de instrucção ou equiparados.

Art. 6ª. Para o concurso de que trata o art. 2ª, as materias indicadas serão divididas em tres secções :

- A) linguas ;

B) mathematicas ;

C) geographia, historia da Brazil e noções de direito.

Paragrapho unico. Para cada secção será nomeada pelo ministro da Marinha uma commissão examinadora, composta de dous lentes da Escola Naval e do inspector de Fazenda, que a presidirá.

Art. 7º. O exame de cada secção constará de duas provas: escripta e oral.

§ 1º. Na prova escripta responderão os candidatos em conjunto ás mesmas questões, concedendo-se-lhes o prazo improrogavel de tres horas para a apresentação das provas.

§ 2º. Cada candidato será arguido na prova oral, por espaço nunca maior de 20 minutos em cada materia.

Art. 8º. As provas escriptas das tres secções precederão ás oraes e serão feitas em dias successivos.

Art. 9º. Serão eliminados do concurso, os candidatos :

a) que forem inhabilitados em qualquer materia das tres secções ;

b) que assignarem uma prova em branco ;

c) que não comparecerem á prova oral.

Art. 10. Um commissario designado pelo ministro da Marinha exercerá as funções de secretario do concurso, sem direito de voto.

Art. 11. As commissões examinadoras organizarão os pontos para as provas de cada secção e os submeterão á approvação prévia do ministro da Marinha.

§ 1º. O ponto para a prova escripta será tirado á sorte pelo primeiro examinando na ordem alphabetica, e será o mesmo para todos os concorrentes chamados no mesmo dia.

§ 2º. O ponto para prova oral será tambem tirado á sorte, cabendo, porém, a cada examinando um ponto especial por elle tirado.

Art. 12. O merecimento dos examinandos será julgado pelas seguintes notas : má — 0 ; soffrivel — 1 e 2 ; boa — 3 e 4 ; e optima — 5.

Paragrapho unico. Cada examinador dará sua nota e a média dessas notas constituirá a da prova.

Art. 13. Diariamente, finda a prova oral, será lavrada pelo secretario e assignada pela commissão examinadora uma acta do resultado dos exames.

Art. 14. Concluidas as provas oraes reunir-se-hão todos os membros das commissões examinadoras afim de proceder á classificação dos candidatos, de accordo com os pontos das actas de que trata o artigo anterior.

Paragrapho unico. Quando dous ou mais candidatos tiverem igual numero de pontos, a sua classificação será feita de accordo com a preferencia estabelecida no art. 3º.

Art. 15. O concursopara a admissão de sub-commissarios será valido por um anno.

Art. 16. Os sub-commissarios serão nomeados pelo ministro da Marinha, que poderá escolher qualquer dos candidatos habilitados independentemente da ordem em que estiverem classificados, a qual lhe será remetida com as actas e as provas escriptas.

Paragrapho unico. Os militares terão preferencia para as nomeações.

Art. 17. Os sub-commissarios nomeados na vigencia do presente regulamento contarão antiguidade, tempo de serviço e vencerão soldo da data da apresentação ao inspector de Fazenda, fazendo-se lavrar um termo, em livro proprio, no qual assignarão conjunctamente com esta autoridade.

§ 1.º Os sub-commissarios que se apresentarem na mesma data, serão collocados na respectiva escala pela ordem da sua classificação, sem prejuizo da collocação dos que, embora classificados com grãos inferiores, os tiverem precedido na apresentação.

§ 2.º Os militares, nomeados sub-commissarios, serão considerados, para todos os effeitos, mais antigos que os seus companheiros de concurso nomeados na mesma data e collocados na respectiva escala, logo acima dos mesmos, respeitada, porém, entre elles, a antiguidade de praça que tinham nos corpos de Marinha de onde procederem.

Art. 18. O sub-commissario nomeado que deixar de apresentar-se dentro de 30 dias contados da data da publicação, no *Diario Official*, de sua nomeação, perderá o direito a esta, salvo caso de força maior, que será julgado pelo Ministro da Marinha.

### CAPITULO III

#### DO CHEFE DO CORPO

Art. 19. O chefe do corpo será o substituto legal do inspector de Fazenda em todas as suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, neste caso, todas as attribuições, deveres e direitos que áquelle cabem, nos termos da legislação vigente, e competindo-lhe tambem :

a) velar pelo bom desempenho do serviço de Fazenda em quaesquer estações em que sirvam os commissarios, afim de que, achando-se a escripturação em dia, sempre se possa, por meio della, exercer a fiscalização exigida no presente regulamento e mais disposições em vigor ;

b) inspecionar a escripturação dos navios da Armada, corpos e estabelecimentos de marinha na Capital Federal, e, extraordinariamente, os navios, flotilhas e estabelecimentos navaes fóra do Rio de Janeiro, quando o Governo assim determinar, apresentando ao inspector de Fazenda o relatório do exame que fizer e propondo as providencias que julgar acertadas ;

c) inspecionar a escripturação dos navios em regresso de comissões.

Art. 20. Em suas faltas e impedimentos temporarios será o chefe do Corpo substituido na seguinte ordem :

1º, pelo capitão de fragata commissario mais antigo ;

2º, pelo que se lhe seguir na escala ;

3º, pelo graduado neste posto ;

4º, finalmente, pelo adjunto mais graduado da Inspectoria.

## CAPITULO IV

## DOS CHEFES DE FAZENDA

Art. 21. Em operações de guerra haverá sempre chefe de Fazenda e em tempo de paz sómente quando o Governo julgar necessario.

Art. 22. Os chefes de Fazenda desempenharão as funcções que lhes são conferidas nas instrucções mandadas observar pelo aviso de 6 de novembro de 1890, e annexas ao presente regulamento, excepto na parte relativa á conferencia das folhas de pagamento as guarnições dos navios, que, na forma do disposto no aviso n. 1.029, de 23 de julho de 1904, cabe aos officiaes immediatos.

Art. 23. Os chefes de Fazenda serão auxiliados por um ou dous sub-commissarios, conforme o numero e a importancia dos navios que constituirem a força naval, e na sua falta por um 2º tenente-commissario.

Art. 24. A correspondencia official entre os chefes de Fazenda e o Inspector de Fazenda será sempre encaminhada por intermedio do commandante da força.

Art. 25. Os chefes de Fazenda farão parte do estado-maior do commando da força naval.

Art. 26. As suas nomeações serão feitas por decreto, sob proposta do Inspector de Fazenda.

Art. 27. O commissario mais antigo da força naval póde desempenhar tambem as funcções de chefe de Fazenda, nos casos de que trata o art. 21.

## CAPITULO V

## DOS COMMISSARIOS

Art. 28. Os commissarios serão designados, sempre que fôr possível, para servir em commissões cujas categorias estejam de accôrdo com os seus postos.

Art. 29. Os cargos de chefe de Fazenda e commissarios da Escola Naval, arsenaes de marinha de 1ª classe, corpos de marinheiros nacionaes (secção de material), hospitais de 1ª classe, Superintendencia de Navegação e navios de 1ª classe serão exercidos por officiaes superiores commissarios e na falta destes serão exercidos pelos officiaes subalternos commissarios.

§ 1.º Nos navios de 1ª classe, de mais de 500 praças, haverá dous commissarios, sendo um encarregado do material e outro do pessoal.

§ 2.º Nas flotilhas ou divisões, cujos navios não tiverem na sua locação commissarios, deverão embarcar tambem dous, sendo um encarregado do material e outro do pessoal.

Art. 30. Nenhum commissario poderá ser empregado em terra ou navio desarmado, sem que tenha o tempo de embarque completo,

Art. 31. O exercicio de uma commissão em terra não excederá de tres annos, contados da data em que começar o inventario de recebimento.

## CAPITULO VI

## DOS SUB-COMMISSARIOS

Art. 32. Os sub-commissarios serão designados para servir nos navios de 1ª e 2ª classes como auxiliares dos commissarios e chefes de Fazenda.

Art. 33. Os sub-commissarios, nos navios de que trata o artigo anterior, serão encarregados da escripturação dos livros de soccorros e das cadernetas e dos demais serviços que lhes forem determinados pelos respectivos commissarios.

Art. 34. Em um mesmo navio ou flotilha, onde não houver chefe de Fazenda, só poderá servir um sub-commissario.

Art. 35. O sub-commissario, em caso de morte, suspensão por tempo indeterminado em virtude de disposições legais, impedimento por motivo de molestia, superior a 30 dias, ou ausencia não justificada por mais de 15 dias do commissario do navio em que servir se incumbirá da escripturação, exercendo o fiel as funções de recebedor e distribuidor dos generos e assignando as receitas até a apresentação de substituto legal.

Paragrapho unico. Quando não houver sub-commissario, que se incumba do serviço a que se refere o presente artigo, será commettida a escripturação do official ao Corpo da Armada de menor graduação.

## CAPITULO VII

## DAS PROMOÇÕES E REMUNERAÇÕES

Art. 36. As vagas do Corpo de Commissarios serão preenchidas do seguinte modo : as de capitão de mar e guerra por merecimento, as de 1º tenente a capitão de fragata, metade por antiguidade metade por merecimento e as de 2º tenente sómente por antiguidade.

Art. 37. Constituem merecimento :

- a) boa prestação de contas, attendendo-se á importancia destas ;
- b) serviço como chefe de fazenda ;
- c) meio tempo de embarque, principalmente em viagens ou flotilhas ;
- d) desempenho irreprechavel dos deveres de sua profissão ;
- e) boa conducta civil ou militar ;
- f) apresentação de trabalhos ou monographias relativas ao serviço de fazenda, que revelem intelligencia e estudo.

Art. 38. Nenhum commissario poderá ser promovido sem que tenha pelo menos dous annos de embarque no posto em que estiver.

Paragrapho unico. O tempo de embarque será contado da data em que o commissario se apresentar a bordo, nomeado para servir no

navio como gestor ou para executar quaesquer serviços de sua profissão, até o dia do desembarque, por substituição ou por terminação dos referidos serviços.

Art. 39. Nenhum commissario poderá ser promovido sem ter provado com documentos fornecidos pelo Tribunal de Contas, ou por este publicados no *Diario Official*, estar quite com a Fazenda Nacional, com relação a todas as comissões de embarque ou empregos de terra, que tiver tido, excepto a ultima que estiver exercendo na occasião do provimento da vaga, ficando comprehendido que a cada comissão correspondem todas as contas correntes á mesma.

Art. 40. Para boa execução dos dous artigos antecedentes, as contas dos commissarios, salvo motivo de força maior, devem ser liquidadas pela Directoria de Contabilidade da Marinha, no prazo maximo de sessenta dias, para gestão de um exercicio, concedendo-se mais 50% do prazo fixado por anno ou fracção de anno, maior de 6 mezes, accrescido ao periodo de um exercicio.

Art. 41. A Directoria Geral da Contabilidade, logo que receber as contas dos commissarios, enviará á Inspectoria de Fazenda um recibo declarando os livros e documentos que se compõem, o qual, depois de annotado em livro proprio, será remettido ao interessado.

Paragrapho unico. A mesma repartição communicará a data em que o processo fór enviado ao Tribunal de Contas.

Art. 42. Findo o prazo de que trata o art. 40, sem que a conta esteja liquidada, o inspector de Fazenda dará conhecimento por escripto ao Ministro da Marinha para que este mande providenciar sobre o assumpto, affirm de que não sejam prejudicados os commissarios.

Art. 43. Todos os segundos, primeiros-tenentes e capitães-tenentes commissarios são obrigados a servir na flotilha do Amazonas ou na de Matto Grosso.

Art. 44. Nenhum sub-commissario poderá ser promovido sem haver servido pelo menos um anno em navio de guerra e sem ter approvação em um exame, que será prestado após esse tempo de embarque e que constará das seguintes materias:

a) pratica da escripturação de bordo e, em geral, do serviço de fazenda (prova escripta e oral);

b) legislação de fazenda (prova oral);

c) nomenclatura deapparelhos dos navios, artilharia, torpedos, armamento portatil e munições navaes (prova oral).

Art. 45. O exame, a que se refere o artigo anterior, será prestado perante uma comissão nomeada pelo Ministro da Marinha e composta do inspector de Fazenda e de dous commissarios.

Paragrapho unico. O sub-commissario reprovado no exame de habilitação só poderá requerer novo exame seis mezes depois.

Art. 46. Os sub-commissarios não têm direito ao montepio, nem ao Asylo de Invalidos. Aquelles, porém, que se invalidarem por molestia adquirida em acto de serviço ou por lesão ou ferimento em combate serão reformados com o soldo integral.

Paragrapho unico. O tempo em que o sub-commissario tiver anteriormente servido nos corpos militares da Armada ou do Exercito

será computado, de accôrdo com o decreto n. 1.186, de 15 de julho de 1904, para a reforma e obtenção da medalha militar.

Art. 47. O montepio, a reforma, a medalha de mérito militar, e em geral todas as concessões feitas aos officiaes do Corpo da Armada serão extensivas aos officiaes do Corpo de Commissarios.

Art. 48. Os commissarios passarão para a reserva nos casos previstos no decreto n. 5.051, de 25 de novembro de 1903.

Art. 49. A reforma compulsoria para os officiaes do Corpo de Commissarios será regulada pela tabella seguinte :

Capitão de mar e guerra commissario 66 annos	} Tantas vezes 120\$ de gratificação annual, quantos forem os annos que excederem a 25 de serviço.
Capitão de fragata commissario 64 annos	
Capitão de corveta commissario 62 annos	
Capitão-tenente commissario 60 annos	} Tantas vezes 80\$ annuaes quantas vezes forem os annos que excederem de 25 de serviço.
Primeiro-tenente commissario 58 annos	
Segundo-tenente commissario 56 annos	

## CAPITULO VIII

### INVENTARIOS E ESCRIPTURAÇÃO

Art. 50. Nenhum inventario durará mais de 90 dias. Quando este prazo fór excedido, salvo motivo de força maior, communicado pelo chefe do estabelecimento ou commandante do navio em que servir o commissario entregador, tanto este como o recebedor não perceberão a gratificação de função até o encerramento do mesmo.

Art. 51. A Directoria Geral de Contabilidade incumbida da tomada de contas dos commissarios deve communicar regularmente ao inspector de Fazenda o resultado desta operação com os esclarecimentos que julgar convenientes.

Art. 52. O exame da escripturação a cargo dos commissarios, nos navios surtos no porto, repartições e estabelecimentos navaes do Rio de Janeiro será feito trimensalmente nas proprias estações pelo chefe do corpo, a quem deverão ser prestadas pelas respectivas autoridades as informações de que o mesmo carecer para o bom desempenho desse serviço.

Paragrapho unico. O exame da escripturação dos navios que regressarem de qualquer commissão longa será feito 15 dias depois de fundeados.

Art. 53. O exame a que se refere o artigo antecedente poderá ter logar extraordinariamente nas proprias estações ou na Inspectoria de Fazenda, mediante a remessa dos livros de escripturação, todas as vezes que parecer conveniente ao respectivo inspector que, para esse fim, pedirá as ordens necessarias á autoridade competente.



## CAPITULO IX

## VENCIMENTOS E REGALIAS

Art. 54. Os officiaes do corpo de commissarios perceberão soldo e etapas correspondentes aos seus postos; nas diversas circumstancias de seu serviço especial terão as gratificações e vantagens designadas em lei.

Art. 55. Os sub-commissarios vencerão 60\$ de soldo e 90\$ de gratificação mensalmente, terão alojamento e rancho na praça d'armas e contarão o tempo para reforma e obtenção da medalha militar.

## CAPITULO X

## DISPOSIÇÕES PENAES

Art. 56. Os officiaes do Corpo de Commissarios ficam sujeitos a todas as regras e condições da disciplina militar e a legislação penal em vigor na Armada ou que no futuro venha vigorar.

Art. 57. Será processado todo commissario em cuja tomada de contas se verificar alcance doloso.

Art. 58. Aos sub-commissarios serão applicaveis as penas estabelecidas nos codigos disciplinar e penal para os officiaes.

Paragrapho unico. Os sub-commissarios poderão ser livremente demittidos, ou do commissario da força, ou navio em que servirem, quando, em inquerito policial militar, ficar provado o seu máo comportamento habitual, desidia ou falta de exacção no cumprimento dos seus deveres.

Art. 59. O Governo poderá dentro de um anno a contar desta data fazer as alterações indicadas pela experiencia.

Art. 60. Fica revogado o regulamento annexo ao decreto n. 5.464, de 22 de fevereiro de 1905, e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1909. — *Alexandrino Faria de Alencar.*

---